



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RENAN CHAGAS DE ALBUQUERQUE

**GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO: um estudo no município de Fagundes-PB,
de 2018 a 2020**

**Campina Grande - PB
2021**

RENAN CHAGAS DE ALBUQUERQUE

**GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO: um estudo no município de Fagundes-PB,
de 2018 a 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Área de concentração: Contabilidade aplicada ao setor público

Orientador: Prof. Me. José Luís de Souza

**Campina Grande
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A345g Albuquerque, Renan Chagas de.
Gasto público em educação [manuscrito] : um estudo no município de Fagundes-PB, de 2018 a 2020 / Renan Chagas de Albuquerque. - 2021.
16 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2021.

"Orientação : Prof. Me. José Luís de Souza, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Gasto público. 2. Gasto com educação. 3. Gestão pública. 4. Fagundes-PB. I. Título

21. ed. CDD 657.61

RENAN CHAGAS DE ALBUQUERQUE

GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO: Um Estudo No Município de Fagundes-PB, de
2018 à 2020

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
de Ciências Contábeis da Universidade
Estadual da Paraíba, Campus I. como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis

Área de concentração: Contabilidade
aplicada ao setor público

Aprovada em: 23/09/2021.

BANCA EXAMINADORA

JOSE LUIS DE SOUZA:02441053400 Assinado de forma digital por JOSE LUIS DE
SOUZA:02441053400
Dados: 2021.09.29 20:14:50 -03'00'

Prof. Me. José Luís de Souza (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ádria Tayllo A. Oliveira

Prof. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Gilberto Franco de Lima Júnior

Profa. Me. Gilberto Franco de Lima Júnior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Gastos com educação orçados e empenhados em Fagundes (2018-2020)	11
Gráfico 2 –	Quantidade de alunos matriculados e os gastos anuais por aluno matriculado em Fagundes (2018-2020)	11
Gráfico 3 –	Comparação entre o gasto por aluno matriculado e gasto por aluno aprovado em Fagundes (2018-2020)	12

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1	Contabilidade Pública	7
2.2	Gasto público com educação	7
2.3	Instrumentos de planejamento na gestão pública	8
2.4	Eficácia do gasto público com educação.....	9
2.5	Planejamento Plurianual, Execução Orçamentária e Resultados Esperados	9
3	METODOLOGIA	10
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	10
4.1	Os Gastos Públicos com Educação em Fagundes	10
4.2	Eficácia dos Gastos Públicos com Educação em Fagundes	12
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
	REFERÊNCIAS	13

GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO: um estudo no município de Fagundes-PB, de 2018 a 2020

TÍTULO EM PUBLIC SPENDING ON EDUCATION: a study in the municipality of Fagundes-PB, from 2018 to 2020

Renan Chagas de Albuquerque ^{1*}

RESUMO

O objetivo geral do presente estudo foi evidenciar a eficácia do gasto público com educação no município de Fagundes-PB entre os anos de 2018 a 2020. Para tanto foi feita uma pesquisa quantitativa, descritiva, exploratória, documental e de campo. Os principais resultados revelaram que quanto aos valores orçados e empenhados houve diferenças de até mais de R\$ 10 milhões, caracterizando o orçamento com peça legal meramente autorizativa. Quanto ao número de matrículas, houve um aumento em relação ao primeiro ano do estudo, chegando a uma diferença de 7,68% no ano de 2020, em relação ao ano de 2018. Em relação aos gastos totais por aluno, esses variam de forma ascendente de R\$ 6,9 a 7,1 mil. Considerando apenas os alunos aprovados, estes gastos variaram de R\$ 7,3 até R\$ 7,5 mil, mostrou-se no período estudado um investimento de R\$ 39,3 milhões, para aprovar 5.271 alunos, perfazendo um total de R\$ 7,4 mil por aluno aprovado em média. Por fim, viu-se que os totais de gastos devidos as reprovações e abandonos totalizaram, no período do estudo, um montante de R\$ 2,4 milhões, evidenciando o quanto houve de eficácia e de desperdício nos gastos com educação no período estudado em Fagundes-PB.

Palavras-chave: Eficácia do gasto público. Educação. Indicadores.

ABSTRACT

The general objective of this study was to demonstrate the effectiveness of public spending on education in the municipality of Fagundes-PB between the years 2018 to 2020. For this, a quantitative, descriptive, exploratory, documental and field research was carried out. The main results revealed that as to the amounts budgeted and committed, there were differences of up to more than R\$ 10 million, characterizing the budget as a merely authoritative legal part. As for the number of enrollments, there was an increase compared to the first year of the study, reaching a difference of - 7.68% in the year 2020, compared to the year 2018. In relation to the total expenses per student, these vary upwards from R\$ 7.3 to 7.5 thousand. Considering only the approved students, these expenses ranged from R\$ 6.9 to R\$ 7.1 thousand, in the period studied an investment of R\$ 39.3 million was shown to pass 5,271 students, making a total of R\$ \$7,400 per successful student on average. Finally, it was seen that the total expenditures due to failures and dropouts totaled, during the study period, an amount of R\$ 2.4 million, showing how much efficiency and waste there was in education expenditures in the period studied in Fagundes -PB.

Keywords: Effectiveness of public spending. Education. Indicators

^{1*} Concluinte do Curso de Ciências Contábeis, UEPB – Campus I. e-mail: renan.albuquerque@aluno.uepb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública praticada no Brasil, atualmente, guarda fortes resquícios dos três modelos dos quais ela se construiu, são eles: o Modelo Patrimonialista, o Modelo Burocrático e o Modelo Gerencial. Esses modelos de gestão não conseguiam corresponder às demandas da sociedade de maneira efetiva no atendimento. Pensou-se então, para solucionar as demandas, em um movimento chamado: Nova Gestão Pública, que junta as práticas dos modelos anteriormente citados de forma mais eficiente no atendimento às necessidades sociais. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) em seu artigo 37 traz cinco princípios: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (LIMPE). Tais princípios devem ser seguidos pelos gestores públicos para que consigam atender as necessidades da população com eficácia.

Contudo, do Modelo Patrimonialista até a Nova Gestão Pública o processo ocorreu lentamente e progressivamente passando por várias etapas. Essas fases acompanharam o cenário político e econômico que o país estava atravessando no período. Todas essas mudanças exigiram adaptações no comportamento dos gestores, esses precisam agora, não simplesmente prestar contas, como exige o texto constitucional, mas também demonstrar a eficácia dos gastos públicos advindos de suas ações, sobre esse aspecto, Salles (2012) define a *accountability* como a capacidade de respostas dos governos de informarem e explicarem seus atos. Assim, a evidenciação da eficácia dos gastos públicos é um dos aspectos que deve nortear uma gestão pública eficaz.

Nesse contexto, a gestão pública tem como objetivo o desenvolvimento de sociedade, com a criação e execução de políticas públicas que melhorem as condições de vida dos habitantes. Para Lima (2006), “gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito”, o gestor público precisa atender as necessidades mais emergentes da população com os recursos disponíveis.

Ainda de acordo com a CF/88 em seu artigo 5º “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Além disso, em seu artigo 212 “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Faz-se necessário que haja fiscalização para acompanhar o cumprimento dessas e das demais leis orçamentárias. A população precisa ter acesso a informações que lhes permita enxergar se os recursos estão sendo aplicados de maneira eficiente e eficaz.

As despesas públicas são aplicações do dinheiro arrecadado por meio de tributos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos. Esses gastos só podem ser realizados se antes estiverem aprovados em leis orçamentárias. Os gestores têm três instrumentos de planejamento de médio e curto prazo que devem ser usados para estimar as receitas e fixar despesas, são eles: Planejamento plurianual (PPA); Lei das diretrizes orçamentárias (LDO); e Lei orçamentária anual (LOA), toda e qualquer ação que o gestor pretenda realizar durante sua gestão deve estar prevista no plano plurianual (PPA), que, após sua elaboração é enviado ao poder legislativo, onde vai ser analisado e determinado se obtém aprovação ou reprovação das propostas.

Dessa forma, esta pesquisa tem a intenção de responder a seguinte problemática: **Qual a eficácia do gasto com educação no município de Fagundes-PB no período compreendido entre 2018 e 2020?**

O objetivo geral é evidenciar a eficácia do gasto público com educação no município de Fagundes-PB no período compreendido entre 2018 e 2020. Para cumprir esse objetivo geral delimitou-se os seguintes objetivos específicos: i) definir os gastos públicos com educação em Fagundes; ii) descrever os resultados alcançados com tais gastos; e iii) evidenciar a eficácia destes resultados

O presente estudo busca expressar em números o quão está sendo eficaz ou não os gastos com educação no município estudado. Utilizando-se para isso de dados disponíveis ao público em *sites* que tem a finalidade de expor para a sociedade todas as movimentações de recursos.

Nessa perspectiva, a pesquisa faz-se justa por tratar de um tema relevante, além de poder servir como um alerta para que a sociedade fiscalize mais seus representantes a respeito da utilização do recurso público, nesse contexto a nível municipal. Deve-se ressaltar que este estudo replica a pesquisa feita por (SOUZA, 2014), desta feita em relação ao município de Campina Grande-PB, entre os anos de 2010 a 2013.

Posterior a essa introdução, esse estudo estará dividido em quatro partes. A primeira apresenta um referencial teórico, em sequência a metodologia utilizada para responder à questão, após isso vem os resultados e discussões e para finalizar a conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Pública

Cada vez mais se faz necessário a presença da contabilidade para o controle e monitoramento de tudo que é executado pelos gestores, a partir do que a contabilidade produz, a população consegue acompanhar e cobrar melhor os seus gestores.

“A Contabilidade Pública é aplicada exclusivamente à administração pública nos seus três níveis de governos: Federal, Estadual e Municipal. O objeto de estudo da contabilidade pública é o gerenciamento do patrimônio das entidades públicas no que diz respeito aos aspectos contábeis, orçamentários, patrimoniais, financeiros e de resultados” (ARAÚJO E ARRUDA, 2009).

Para Kohama (2016, p. 25) a contabilidade pública “É o ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública; o patrimônio e suas variações”. Se comparada a contabilidade do setor privado encontraremos muitas diferenças, assim como as possíveis finalidades, as elaborações também têm suas divergências, porém, não ferem nenhum dos princípios fundamentais da contabilidade, todos devem ser seguidos durante a execução dos demonstrativos.

2.2 Gasto público com educação

Gastos públicos podem ser considerados a principal forma de agir do governo. Através deles, os gestores públicos demonstram as prioridades, os objetivos e as metas que desejam alcançar ao longo do período em que estiverem no cargo. O

cenário financeiro momentâneo que a sociedade se encontra afeta muito na hora da movimentação desses gastos, para Kohama (2016) “Constituem Despesa Pública os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais”.

De acordo com a lei complementar 101 em seu art. 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal. A lei traz todo um amparo sobre como os gestores devem agir com o tratar dos seus gastos, visando uma aprovação das contas em sua gestão, caso contrário o gestor vai responder pelos erros encontrados na prestação das contas.

A necessidade de o governo intervir na provisão da educação é explicada em termos de eficiência econômica, pela existência de externalidades e mercados imperfeitos. As externalidades positivas relacionam-se com a comunidade, pois a educação pode contribuir para melhores noções de cidadania, uma população mais culta, contribui também para a redução da violência, melhor produtividade no trabalho, bem como para a inovação tecnológica (ARVATE e BIDERMAN, 2004). Com isso conseguimos notar o quão se faz importante é uma educação eficiente na formação de um cidadão.

De acordo com Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação é um direito social e dever do Estado, é de competência dos municípios com a contribuição técnica e financeira da União e do Estado a manutenção dos programas de educação infantil e de ensino fundamental. Para tal, ela fixa que os municípios devem aplicar no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de suas receitas seja de arrecadação de impostos ou transferências de recursos na educação. Com objetivo fim de dar suporte mínimo necessário ao desenvolvimento educacional regional.

2.3 Instrumentos de planejamento na gestão pública

O art. 165 da Constituição federal de 1988, apresenta os três instrumentos de planejamento público: Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. É na elaboração deles que os gestores devem planejar tudo que pretendem executar durante seus mandatos, pois eles só podem executar o que estiver previsto nos instrumentos após serem aprovados por votação pelo poder legislativo.

1º Plano Plurianual: A lei que instituir o PPA estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

2º Lei de Diretrizes Orçamentárias: compreende as metas e prioridades, da administração pública federal incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual [...]

5º A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I –o orçamento fiscal referente aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta inclusive instituídas e mantidas pelo poder público;
II –o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta

ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
III –o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos pelo poder público. (CF/88).

Assim o PPA - instrumento de planejamento de longo prazo é elaborado visando os próximos quatro anos, nele deve estar previsto qualquer gasto que o gestor pretenda realizar ao longo do período, levando em consideração a receita estimada que ele terá disponível.

Já a LOA – esse é o orçamento anual propriamente dito -, apresenta toda previsão de receita e fixação de despesa para o período, já que é um instrumento de curto prazo ele só tem validade de um ano para ser executado, fazendo-se necessário a elaboração de um novo orçamento para cada ano exercício que se inicia.

A LDO – assim como a LOA – é um instrumento de planejamento de curto prazo, elaborado anualmente. O objetivo é apontar as prioridades do governo para aquele ano, com base no que foi estabelecido primeiro no PPA. Ela ainda é a base para a elaboração da LOA, sendo assim tornasse a ligação entre os outros dois instrumentos de planejamento.

2.4 Eficácia do gasto público com educação

Os gastos públicos precisam de um monitoramento constante para que se possa garantir que os recursos estão sendo usados com a eficácia necessária para atender bem a demandas da sociedade.

Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é mostrar os resultados alcançados com o montante gasto com educação no município dentro do período estudado. Para isso utilizou-se a definição de eficácia do gasto com educação a partir do conceito geral de eficácia do gasto público na visão de Costa e Castanhar (2003) para os quais é medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas definidas. No período definido para o estudo foi analisado se as metas traçadas para a educação municipal foram alcançadas, utilizando os gastos planejados pra o mesmo.

2.5 Planejamento Plurianual, Execução Orçamentária e Resultados Esperados

Observando o planejamento dos programas finalísticos para a Secretaria de Educação de Fagundes-PB relativos aos exercícios financeiros de 2018 a 2020, notou-se, conforme dispõe PMF (2017), que não havia indicadores nesse planejamento em questão com a expectativa das taxas de aprovação, reprovação ou abandono, muito menos qual a quantidade estimada de alunos matriculados em cada ano do estudo.

O que aponta para uma dissonância entre os elementos essenciais: planejamento, execução e controle dos resultados, porque ao agir na vertente da proatividade, a organização demonstrará uma atuação comprometida com a obtenção de critérios de melhoria contínua; e sobre esse aspecto é importante refletir, pois tal melhoria só pode ser conseguida pela organização a partir da manifestação inequívoca da vontade de mudar para melhorar (MENDONÇA, 2012).

Assim mesmo diante dessa discrepância, consoante o planejamento, não foram aplicadas medidas corretivas no sentido de adequar o PPA à realidade do município nem tampouco buscou-se detalhar os resultados propostos.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi descritiva, que segundo Gil (2002) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Já as pesquisas exploratórias, ainda segundo Gil (2002) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.

Os procedimentos técnicos foram realizados através de pesquisas e coletas de dados, qualificando-se assim como uma pesquisa de campo e documental, para Gil (2007), a pesquisa de campo é aquela realizada em ambiente real, são semelhantes aos levantamentos, já a pesquisa documental utiliza fontes documentais, isto é, fonte de dados secundários.

Foram examinados os gastos com educação dentro do período. Os valores fixados no Plano plurianual (PPA 2018/2021) quando determinados os gastos com educação foram analisados, e ainda à execução orçamentária de cada um dos anos. Além desses, foram coletados o quantitativo da educação municipal: número de alunos matriculados, aprovados, reprovados e desistentes. É importante salientar que se optou por não tratar os dados de 2021, pelo simples fato de não ser um exercício findo, logo, todas as análises são referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020.

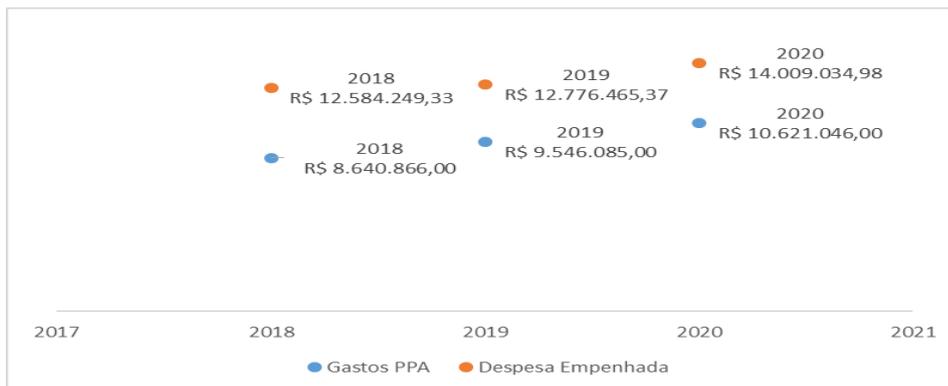
Quanto à forma de abordagem da problemática, foi realizada uma pesquisa do tipo quantitativa. Para Rodrigues (2007), ela traduz em números as informações para serem classificadas e analisadas usando técnicas de estatística. Richardson (1987 apud DALFOVO, LANA, SILVEIRA, 2008, p. 8) complementa que “a pesquisa quantitativa identifica as variáveis específicas e importantes, para assim poder explicar as características de um problema”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, buscou-se número de alunos matriculados, nos anos em análise, registrados e disponibilizados pelo INEP, através do censo escolar, já com relação aos gastos com educação esses valores foram coletados nos Demonstrativos Contábeis Oficiais, disponibilizados através do SAGRES e SIOPE.

4.1 Os Gastos Públicos com Educação em Fagundes

Para cumprir o objetivo geral encontrou-se os resultados a seguir apresentados, inicialmente comparando os gastos planejados, encontrados no PPA com os gastos executados, encontrados nas demonstrações oficiais publicadas

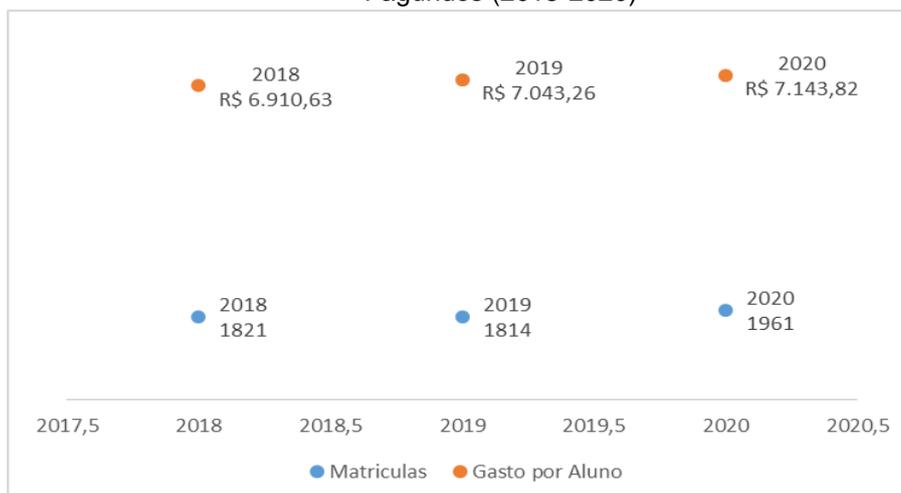
Gráfico 1 – Gastos com educação orçados e empenhados em Fagundes (2018-2020)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Depreende-se, do gráfico 1, que a execução orçamentária em cada um dos exercícios analisados foi crescente, mas sempre acima da proposta do PPA 2018/2021, atingindo a maior diferença até agora, em 2020, de onde é possível inferir-se que os programas finalísticos do macro planejamento são peças de ficção, de acordo com os dados coletados. Constituindo um aumento executado nos gastos em educação no município de Fagundes de R\$ 10,5 milhões acima da previsão inicial dos três anos, o que representa praticamente toda previsão para 2020. O que é incomum, visto que as medidas restritivas impostas pelos governos em razão da Pandemia da COVID-19, inviabilizou todas as atividades presenciais nas escolas.

Cabe ressaltar que, de acordo com Kohama (2010) o Governo tem como responsabilidade fundamental o melhor nível dinâmico de bem-estar à coletividade. Para tanto, utiliza-se de técnicas de planejamento e programação de ações que são condensadas no chamado sistema de planejamento integrado, buscando, principalmente, analisar a situação atual – diagnóstico – para identificar as ações ou alterações a serem desenvolvidas, visando atingir a situação desejada.

Em seguida, foi analisada a quantidade de alunos matriculados na rede municipal de ensino, em relação aos gastos por aluno, ambos anuais, conforme apresenta o gráfico 2 a diante:

Gráfico 2 – Quantidade de alunos matriculados e os gastos anuais por aluno matriculado em Fagundes (2018-2020)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

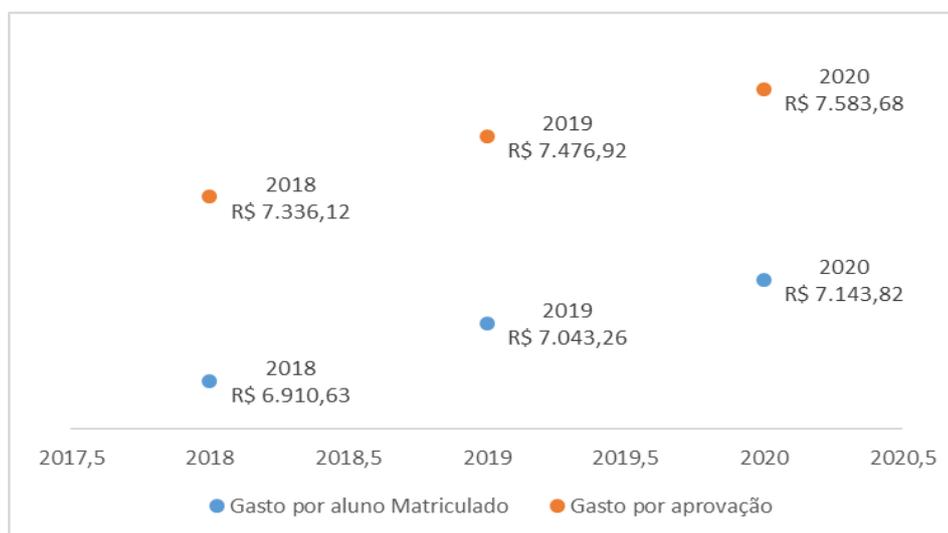
Diante do gráfico 2, pode-se observar que houve uma diminuição do número de alunos matriculados do primeiro para o segundo ano estudados, porém no terceiro ano analisado houve um crescimento no número de matriculados, atingindo mais de 7% de crescimento tomando por referência o primeiro ano do estudo.

Observa-se também que em virtude dos gastos com educação, descritos no gráfico 1 formarem uma série crescente e, no gráfico 2 o número de alunos matriculados representarem uma série variável em relação ao primeiro ano, isso implicou que a quantidade de gastos por aluno matriculado, como descrita no gráfico 2, forma uma série crescente, já que esta variável representa um quociente direto das duas anteriores, vislumbra-se que a não revisão do planejamento, associadas a outras consequências macroeconômicas, contribuíram para o aumento dos gastos com educação *per capita* em Fagundes, no período analisado.

4.2 Eficácia dos Gastos Públicos com Educação em Fagundes

A seguir no gráfico 3, evidencia-se a eficácia alcançada com os gastos em educação no município de Fagundes no período estudado, comparando-se esses gastos com a quantidade de alunos matriculados e a quantidade de alunos aprovados

Gráfico 3 – Comparação entre o gasto por aluno matriculado e gasto por aluno aprovado em Fagundes (2018-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Diante do gráfico 3, analisa-se os gastos efetivos por aluno aprovados, que varia de R\$ 7,3 mil no ano de 2018, sobe para R\$ 7,5 mil no ano de 2020. Quando se considera o gasto em virtude da eficácia a que prestou em cada ano, mostra-se no período estudado um investimento de R\$ 39,3 milhões, para aprovar 5.271 alunos, perfazendo um total de R\$ 7,4 mil por aluno aprovado em média. Dessa forma pode se considerar que houve um gasto sem eficácia de R\$ 2,4 milhões, devido aos alunos reprovados e que abandonaram as escolas da rede municipal de ensino de Fagundes-PB, no período estudado. Evidenciando o quanto houve de eficácia e de desperdício nos gastos com educação no período estudado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou evidenciar a eficácia do gasto público com educação no município de Fagundes-PB entre os anos de 2018 a 2020. Dessa forma os resultados revelaram que quanto aos valores orçados e empenhados existiram diferenças de até mais de R\$ 10 milhões, caracterizando o orçamento com peça legal meramente autorizativa. Quanto ao número de matrículas houve um aumento em relação ao primeiro ano do estudo chegando a uma diferença de 7,68% no ano de 2020, em relação ao ano de 2018.

Em relação aos gastos totais por aluno, como já era de se esperar, estes variam de forma ascendente de R\$ 6,9 a 7,1 mil. Considerando-se apenas os alunos aprovados estes gastos variaram de R\$ 7,3 até R\$ 7,5 mil, mostrou-se no período estudado um investimento de R\$ 39,3 milhões, para aprovar 5.271 alunos, perfazendo um total de R\$ 7,4 mil por aluno aprovado em média. Por fim, viu-se que os totais de gastos devidos às reprovações e abandonos totalizaram, no período do estudo, um montante de R\$ 2,4 milhões, evidenciando o quanto houve de eficácia e de desperdício nos gastos com educação no período estudado em Fagundes-PB.

Como restrição do estudo, enfatiza-se a abrangência da pesquisa limitada à vigência do PPA (2018/2021) e só foi estudado até 2020. Ao mesmo tempo, destaca-se a não vinculação dos dados coletados com outros indicadores socioeconômicos do quadro de pessoal do magistério público municipal de Fagundes-PB, nem muito menos com indicadores de suporte pedagógico, como por exemplo a relação entre a quantidade de professores, com suas respectivas titulações, e a quantidade de alunos matriculados no período estudado.

Portanto, sugere-se que futuras pesquisas sejam realizadas relacionadas ao tema exposto, ampliando a amostra, bem como analisando outras variáveis, inclusive avaliando de forma mais aprofundada os fatos que motivaram o aumento considerável dos gastos por aluno em função da diminuição do número de alunos matriculados, com a finalidade de identificar se são consequências apenas da correção inflacionária do período e dos reajustes orçamentários dela decorrentes e/ou outras variáveis a serem verificadas.

REFERÊNCIAS

ARVATE, Paulo; BIDERMAN, Ciro. **Economia do setor público no Brasil**. 3. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**. Texto para discussão nº 525. IPEA – Rio de Janeiro, novembro de 1997.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Aplicado a União e aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios. Ministério da Fazenda – STN. 5ª ed. Brasília: 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Indicadores: Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/121003_orient_indic_triangular.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021

_____. Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Senado Federal: 2014. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm>.

Acesso em: 30 jun. 2021.

_____. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília; Presidência da República, 1995. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

_____. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 jun. 2021.

_____. Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília; Presidência da República, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília; Presidência da República, 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

COELHO, R. C. **O Público e o Privado na Gestão Pública**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento Estratégico Governamental**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. **Método quantitativo e qualitativo: um resgate teórico**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada. Blumenau- SC, v.2, n.4, 2008.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio século XXI: **o dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FNDE, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. O que é SIOPE. Disponível em: < https://www.fnde.gov.br/siope/o_que_e.jsp>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INEP, INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. O que é o Censo Escolar. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública, Teoria e Prática**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MENDES, Marcos. **Despesas dos poderes autônomos: Legislativo, Judiciário e Ministério Público**. In: MENDES, Marcos (Org.). *Gasto Público Eficiente: 91 propostas para o Desenvolvimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

MENDONÇA, R. R.S. de,. **PLANO DIRETOR E GESTÃO URBANA**. 2. ed. Departamento de Ciências da Administração / UFSC. Florianópolis, 2012.

PMF, Prefeitura Municipal de Campina Grande. Lei Municipal n.º 444, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Fagundes para o período 2018/201 e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.fagundes.pb.gov.br/portal/transparencia-fiscal>>

REZENDE, Fernando A. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia científica**. Disponível em: <www.unisc.br/portal/upload/comarquivo/metodologia_cientifica.pdf>.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. *Excelência em Gestão Pública*. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006

SALLES, H.M. **Gestão Democrática e Participativa**. 2. ed. Departamento de Ciências da Administração / UFSC. Florianópolis, 2012.

SOUZA, J.L. **GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO: um estudo no município de Campina Grande na Paraíba, de 2010 à 2013**. TCC de Especialização, apresentado UFPB, 2014.

TCE-PB, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA. **SAGRES 2018**. Disponível em: <http://sagres.tce.pb.gov.br/despesa_funcao.php?cd_ugestora=201079&dt_mesAno=002012&tipo=Fun%C3%A7%C3%A3o%20de%20Governo>.

_____. **SAGRES 2019**. Disponível em: <http://sagres.tce.pb.gov.br/despesa_funcao.php?cd_ugestora=201079&dt_mesAno=002011&tipo=Fun%C3%A7%C3%A3o%20de%20Governo>.

_____. **SAGRES 2020**. Disponível em: <http://sagres.tce.pb.gov.br/despesa_funcao.php?cd_ugestora=201079&dt_mesAno=002010&tipo=Fun%C3%A7%C3%A3o%20de%20Governo>.

SILVA, A. C. da,. *Eficiência e Equidade no Gasto com Ensino Público Fundamental nos Municípios Baianos Selecionados: uma estimativa por meio de uma função de bem-estar social*. 2010. 61 f. Monografia (3º Prêmio SOF de Monografias) – Secretaria do Orçamento Federal, Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/educacao-orcamentaria/premio-sof-de-monografias/iii-premio-sof/Tema_1_Alexnaldo_3_lugar.pdf>.

AGRADECIMENTOS

Não poderia começar diferente a ordem dos agradecimentos, em primeiro lugar, agradeço a DEUS por me possibilitar essa conquista, desde do início graças a Ele recebi forças para vencer cada dificuldade encontrada e a Maria Santíssima que sempre rogou por minha vida junto ao Pai.

À minha amada Mãe M^a de Fátima, mulher guerreira que me ensina a ser forte e corajoso todos os dias. Meu querido Pai José de Oliveira (Bui) homem que sempre me mostrou o caminho certo. A meu irmão/amigo ou amigo/irmão Rosendo (Zeno) que sempre me inspirou a ser melhor. A minha sobrinha, a pequena Sophie que veio trazendo um amor puro que faz esquecer os problemas. O que essas pessoas não me ensinaram diretamente elas me ensinaram a aprender em outro lugar. E como conheço minha família e sei que eles trouxeram isso das gerações passadas, aproveito pra agradecer a meus avós Rita & João (ambos em memória), Rosita & Rosendo (em memória) por esses ensinamentos transmitidos.

A todos os outros familiares: tios, tias, primos, primas e agregados também quero registrar minha gratidão, sempre com seus apoios de diversas formas, com motivação, divertimento ou consolo (às vezes era necessário), em especial cito Rafaela e Anderson que provavelmente foram os principais motivadores da minha escolha por ciência contábeis. Todos vocês moram no meu coração.

Agradeço também a Arizinho, Henrique e João Victor pela amizade, carinho e apoio. A Karine Andrade e a Lyzandra Texeira por agregarem tanto na minha vida. Amo cada um de vocês em particular.

Aos amigos de turma por todo companheirismo ao longo dos anos, foram muitas coisas que enfrentamos JUNTOS, vocês estarão sempre nas minhas boas recordações, em especial meu grande amigo Jefferson Cleyton por se mostrar muito mais que um amigo, um verdadeiro irmão, que essa parceria seja duradoura.

Ao meu orientador Prof. Me. José Luís de Souza esse grande sujeito, meu conterrâneo, que começou a me inspirar bem antes de me conhecer na universidade e me inspira até hoje, ele que me orientou não apenas nesse trabalho, mas na minha vida, sempre com conselhos sábios dos quais não me arrependi de seguir nenhum deles.

Aos professores, Ádria Tayllo e Gilberto Franco, por aceitarem fazer parte da banca com suas contribuições brilhantes neste trabalho e durante o curso.

A todos os professores e demais funcionários do departamento do curso de ciências contábeis da UEPB por fazerem a diferença direta ou indiretamente na minha formação. Aos professores por cada aula ministrada, em especial ao Prof. Dr. Mamadou Dieng um cara que acreditou e apostou em mim e tive o privilégio de trabalhar com ele em projetos de pesquisa, parabéns por acreditar nos alunos Professor, o senhor tem um coração gigante.

A todos vocês, muito obrigado!